

# MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Para a Formação em Segurança Pública

Ministério  
da Justiça



Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP

**MATRIZ CURRICULAR NACIONAL  
PARA A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**  
Documento provisório, reprodução não autorizada

DEPARTAMENTO DE PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508

Telefones: (61) 429-3023 / 429-3837

Fax: (61) 429-3620

E-mail: [ensino.senasp@mj.gov.br](mailto:ensino.senasp@mj.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública/ SENASP do Ministério da Justiça apresenta a Matriz Curricular Nacional. Instrumento desenvolvido em 2003 pela Coordenação Geral de Ensino, esta Matriz deve constituir-se num marco de referência para as ações formativas a serem empreendidas por todas as polícias contribuindo para o fortalecimento e institucionalização do Sistema Unico de Segurança Pública - SUSP.

A Matriz Curricular Nacional impulsionará, por meio de processos educacionais, a implantação das Academias Integradas em cada Estado, contemplando a necessidade de transformação do saber-fazer e do fazer-saber da Segurança Pública a partir das demandas da sociedade e d@s profissionais da área policial.

É importante destacar que na essência da Matriz Curricular Nacional está o diálogo permanente com as diversas realidades inerentes à área de Segurança Pública em cada Unidade Federativa, considerando as especificidades regionais.

Estão tod@s convidad@s a contribuir com esta iniciativa que busca o fortalecimento da cidadania e a construção de um relacionamento entre polícia e sociedade baseado no respeito, na confiança e no compromisso com a paz.



**Rita Andrea**  
Coordenadora Geral de Desenvolvimento  
de Pessoal em Segurança Pública

**A elaboração da MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA contou com os seguintes colaboradores:**

Ana Cristina Milanez Kiel  
Julio Alejandro Quezada Jelvez  
Maria das Neves Rodrigues de Araújo  
Raimundo Sérgio B. de Almeida Andréa  
Ricardo Balestreri  
Riccardo Cappi  
Rita de Cássia Lima Andréa  
Rosa Gross Almeida  
Rose Mary Gimenez Gonçalves  
Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza

**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/SENASP**

Luiz Fernando Corrêa  
**Secretário Nacional de Segurança Pública**

Valmir Lemos de Oliveira  
**Chefe de Gabinete**

Ricardo Brizola Balestreri  
**Diretor**

Rita de Cássia Lima Andréa  
**Coordenadora-Geral**

**Equipe Coordenação de Ensino**

Andréia Alessandra Guimarães  
Cristina Aparecida Reginaldo Lima  
Gabrielle Beatriz Beiró Lourenço  
Luciana Caetano Silva  
Lusenira Paiva (*Estagiária*)  
Roberta Shirley Alves de Oliveira  
Tânia Zin Romano

## ÍNDICE

<b>1. Introdução: A Matriz Curricular Nacional e sua importância para a Formação em Segurança Pública.....</b>	<b>05</b>
<b>2. Estrutura da Matriz Curricular Nacional.....</b>	<b>09</b>
2.1. Princípios.....	09
2.2. Objetivos Gerais.....	13
2.3. Eixos Articuladores.....	15
2.4. Áreas Temáticas.....	20
2.5. Orientações Metodológicas.....	31
2.6. Sistema de Avaliação - Monitoramento.....	37
<b>3. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>47</b>
<b>4. Glossário.....</b>	<b>48</b>

## 1. Introdução: A Matriz Curricular Nacional e sua importância para a Formação em Segurança Pública

A formação dos profissionais da Segurança Pública é instrumento fundamental para a qualificação dos padrões de atuação das polícias brasileiras, conforme foi definido nas diretrizes estabelecidas pelo "Plano Nacional de Segurança Pública"<sup>1</sup>. A Coordenação de Ensino da SENASP propõe um conjunto de ações visando a qualificação dos profissionais da Segurança Pública. Estas ações serão operacionalizadas por meio das Instituições de Ensino de Segurança Pública das unidades federativas, e posteriormente, pela Escola Superior de Segurança Pública (ESSP) mediante uma política pública implementada pela SENASP.

Há hoje um consenso da necessidade de um esforço intenso de abrangência nacional para o aprimoramento da formação em Segurança Pública em sua complexidade, que potencializa o compromisso com a cidadania e a educação para paz articulando-se, permanentemente, com os avanços científicos e o saber acumulado. A demanda prioritária é, sobretudo, identificar e propor modalidades concretas de realização e aprimoramento deste processo.

Tendo em vista "a constituição de um sistema educacional único para todas as polícias e outros órgãos de Segurança Pública"<sup>2</sup> propõe-se um conjunto de idéias para compor a **Matriz Curricular Nacional** que se constitua referência, favorecendo a reflexão unificada sobre as diferentes demandas e contribua para a busca de respostas a problemas identificados na formação dos profissionais, bem como, à difusão de parâmetros técnicos para o fortalecimento do diálogo entre as Instituições e a transformação dos referenciais teóricos e das práticas.

Prosseguindo um esforço iniciado com as "Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão", propõe-se a constituição de um referencial nacional para a formação em Segurança Pública denominado **Matriz Curricular Nacional**.

1. Plano Nacional de Segurança Pública / 2. Idem

A palavra “ matriz ” remete às idéias de “ criação ” e “ geração ” que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, isto significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas em Segurança Pública permitindo a unidade na diversidade a partir do diálogo entre *Eixos Articuladores e Áreas Temáticas*.

Igualmente, “ matriz ” conforme nos ensina a matemática, suscita à possibilidade de um arranjo não linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, isto significa que a **Matriz Curricular Nacional** supera a configuração de *curriculum* acabado expressando o conjunto de elementos a serem “ combinados ” na elaboração dos currículos específicos de cada área ao mesmo tempo que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais, políticas existentes no país possibilita a construção de referências nacionais que possam traduzir os “ pontos comuns ” que caracterizam a formação em Segurança Pública nas diversas regiões brasileiras.

O termo “ currículo ” assume vários significados, a depender do contexto pedagógico em que é utilizado. Pode significar o conjunto das disciplinas de um curso, como no caso da definição adotada historicamente pelo Ministério da Educação, ou designar o conjunto de conteúdos programáticos. Conforme orientação do documento ministerial vigente sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, currículo significa a expressão de princípios e metas do projeto educativo que deve ser flexível à promoção de debates e reelaborações em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos do processo educativo. <sup>3</sup>

A Matriz Curricular apresentada, de abrangência nacional, visa criar condições para que nos diversos contextos formativos sejam debatidos e implementados mecanismos que garantam a tod@s profissionais discutir formas de garantir o acesso desses profissionais

3. “entre docentes e alun@s, entre alun@s, entre docentes”, numa visão onde estas categorias fazem sentido, numa visão mais abrangente.

ao conjunto de conhecimentos acumulados socialmente e reconhecidos como necessários ao desempenho da função policial. O policial deve ter o direito, a possibilidade e a responsabilidade de aprender.

Se há diferenças sociais e culturais marcantes que determinem diferentes necessidades de aprendizagem há também o que é comum a todos: o que um policial de qualquer lugar do Brasil deva ter o direito e a possibilidade de aprender.

Assim, o estabelecimento de uma “matriz”, ao mesmo tempo em que contribui para a construção da unidade, busca garantir o respeito à diversidade que é marca cultural do país, por meio de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática de ensino e formação profissional.

A **Matriz Curricular Nacional** constitui referencial para fomentar a reflexão que vem ocorrendo em diversos locais sobre os currículos estaduais e municipais voltados à Segurança Pública. Tal referencial busca orientar e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade do ensino, bem como do desempenho profissional e institucional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, apoiando a prática docente, especialmente dos profissionais que se encontram mais isolados do contato com a produção científica e as técnicas atuais.

A **Matriz Curricular Nacional** deve ser concretizada e reconfigurada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas formativos elaborados pelas Academias, inclusive em parceria com Instituições de Ensino, ampliando a interação das ações em Segurança Pública configurando-se de maneira aberta e flexível.

No sentido de valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações que a **Matriz Curricular Nacional** tem o sentido mais amplo que um currículo ou um conjunto de conteúdos de ensino. Tanto nos objetivos quanto no significado dos *Eixos Articuladores* e das *Áreas Temáticas* que devem perpassá-la aponta caminhos para enfrentar as situações cotidianas concretas encontradas pel@s profissionais de Segurança Pública, adotando como ponto principal o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades: @ alun@ passa a ser sujeito de sua própria formação em um complexo processo dialógico em que intervêm alun@s, professores, vivências e conhecimento.

**Matriz Curricular Nacional**, em sua expressão singular, corresponde à lógica da integração que se tornou um dos principais compromissos da Política Nacional de Segurança Pública na construção do Sistema Único de Segurança Pública SUSP.

Como expressão de princípios e metas de um processo educativo, a **Matriz Curricular Nacional** visa proporcionar a tod@s profissionais instrumentos através dos quais, de maneira autônoma, consigam refletir criticamente sobre o Sistema de Segurança Pública.

## 2. Estrutura da Matriz Curricular Nacional

A estrutura da **Matriz Curricular** está assim definida :

- Princípios
- Objetivos Gerais
- Eixos Articuladores
- Áreas Temáticas
- Orientações Metodológicas
- Sistema de Avaliação e Monitoramento.

### 2.1. Princípios

Os princípios que fundamentam a concepção de formação profissional adotada pela Coordenação de Ensino SENASP/MJ que se pautam na construção da **Matriz Curricular Nacional**, são :

a) Os **Direitos Humanos e a Cidadania são referências éticas, normativo-legais e práticas**, privilegiando o respeito à pessoa, à justiça social e à compreensão e valorização das diferenças, princípios estes de caráter ético que precisam ser concretizados e postos em sinergia nas diversas ações educativas envolvendo os conteúdos teóricos, técnicos e práticos destinados à capacitação dos atores sociais comprometidos com a implementação das Políticas de Segurança Pública.

b) As atividades formativas entendidas no sentido mais amplo, são processos implementados pelo poder público em articulação com a sociedade civil visando a **formação e a capacitação continuada, humana e profissional, d@s diferentes atores sociais** envolvidos na implementação das Políticas Públicas de Segurança. Há especial ênfase na educação d@s profissionais da Segurança Pública sem contudo, descuidar dos demais segmentos do sistema penal da esfera pública e da sociedade civil.

c) A Educação em Segurança Pública abrangendo a formação e os demais programas de capacitação continuada é entendida como **um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações** na concepção e implementação das Políticas Públicas de Segurança contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.

D) Os processos educativos ultrapassam a abordagem pedagógica tradicional de mera transmissão de conhecimentos. Enquanto processos de interação tornam-se **espaços de encontro**, de busca de motivações, de escuta das contribuições diferenciadas, sustentados pela ética da tolerância e da argumentação, estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia dos sujeitos e a elaboração de novos desafios voltados à **construção democrática de saberes renovados**.

e) Os processos educativos têm como referência as **questões que emergem ou que resultam das práticas dos indivíduos, das Instituições e do corpo social**. Todo processo formativo com base no saber científico deve contribuir para aprimorar as práticas, inclusive através da mobilização de conhecimentos teóricos acumulados, levando em consideração e valorizando as definições, as representações, as vivências e o saber prévio dos respectivos atores concretamente envolvidos na experiência social e profissional, eliminando-se a visão de que "somente os especialistas são detentores do saber".

f) As políticas pedagógicas de Educação em Segurança Pública precisam fundamentar-se em um **diagnóstico** geral e circunstanciado da situação das diversas regiões do país, que ofereça uma imagem clara das realizações, carências, necessidades e demandas. O diagnóstico, tendo caráter participativo, necessita envolver os vários segmentos sociais e institucionais que lidam com questões de Segurança Pública nos diversos níveis hierárquicos: policiais civis e militares, corpo de

Bombeiros, delegados e oficiais, diretores, especialistas e docentes de Escolas e Academias, autoridades públicas municipais, estaduais e federais, representantes de grupos sociais organizados, pesquisadores e outros.

g) As ações de Educação em Segurança Pública, respondendo a diretrizes comuns, contam com a participação de atores diferenciados prevalecendo o **princípio da integração**. Levando-se em conta as experiências bem sucedidas já existentes buscase, por um lado, a integração entre as Instituições formadoras tradicionais e, por outro, a participação das demais Instituições envolvidas com educação e ensino como Universidades, Centros de Formação de Recursos Humanos, ONGs, etc. As Academias Integradas devem constituir-se no espaço do novo por meio da adoção de novos paradigmas.

h) As ações formativas devem promover a **interdisciplinaridade** entendendo-se como de extrema relevância a capacidade de lidar com questões complexas, mobilizando conhecimentos oriundos de disciplinas e saberes distintos - da literatura científica, da prática profissional, da vivência pessoal. A interdisciplinaridade deve caracterizar não só o currículo, mas também a abordagem de situações-problema específicas, bem como a formação e a integração dos próprios membros do corpo docente.

I) As ações devem pautar-se nos **princípios da abrangência e da capilaridade** garantindo assim que o maior número possível de pessoas, profissionais, organizações seja alcançado. Propõe-se articular estratégias que possibilitem processos de multiplicação fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas. Estes princípios aplicam-se igualmente à difusão de materiais pedagógicos.

j) Na elaboração da Matriz Curricular e das metodologias apropriadas às diferentes ações de ensino e aprendizagem será útil articular dois princípios apenas aparentemente contraditórios: **a universalidade e a especificidade**. A universalidade supõe que alguns conteúdos, métodos e referências sejam veiculados de maneira padronizada no conjunto das ações como por exemplo, a noção de cidadania ou algumas técnicas policiais. Por outro lado, levando-se em conta a diversidade que caracteriza o país os processos educativos deverão manter sintonizados e ajustados às realidades específicas de cada região.

k) As ações formativas devem obedecer aos princípios de **articulação, continuidade e regularidade**, para dar consistência e coerência aos processos desencadeados. Através da implementação da formação dos formadores e da constituição de uma rede de informações e inter-relações será possível disseminar os paradigmas de políticas democráticas de Segurança Pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências.

l) As ações formativas serão submetidas a processos de avaliação e monitoramento sistemático realizados segundo modalidades diferentes. As atividades devem concretizar o compromisso com a **qualidade e atualização permanente** em consonância com os almejados critérios de excelência.

É importante salientar que a formação é entendida como um processo de aquisição e de reconstrução de saberes necessários à intervenção social como uma oportunidade para repensar a própria postura ética e política, a possibilidade de analisar e aprimorar a prática, como um espaço para partilhar e debater abordagens diferentes, e ocasião privilegiada para gerar questões.

## 2.2. Objetivos Gerais

A **Matriz Curricular Nacional** indica os *objetivos gerais* essenciais à formação em Segurança Pública.

Aos participantes das ações formativas em Segurança Pública serão propostos desafios para:

- compreender o exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania, participação profissional, social e política em um Estado Democrático de Direito, motivando-os a adotar no dia-a-dia, atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, repúdio a qualquer forma de discriminação e intolerância, promoção humana;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões;
- perceber-se como agentes transformadores da realidade social e histórica do país identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social e as interações entre elas, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual;
- conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crenças, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais;

- conhecer e dominar as diversas técnicas, inclusive as relativas ao uso da força, para desempenho do serviço e da política de Segurança Pública, sabendo utilizá-las a partir da formulação de problemas relativos às situações concretas vivenciadas na realidade cotidiana, de maneira a procurar a superação dos impasses através da utilização do pensamento lógico com a adoção de atitudes e práticas de inclusão social, da criatividade, intuição ponderada pelo conhecimento, capacidade de análise crítica, além dos preceitos legais aplicáveis;
- desenvolver o conhecimento adequado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades técnica, cognitiva, emocional, física, ética, de inter-relações a fim de agir com perseverança na busca da solução pacífica dos conflitos no exercício da cidadania e na aplicação da lei;
- utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade e as situações que requerem a atuação das Instituições e d@s profissionais de Segurança Pública.

## 2.3. Eixos Articuladores

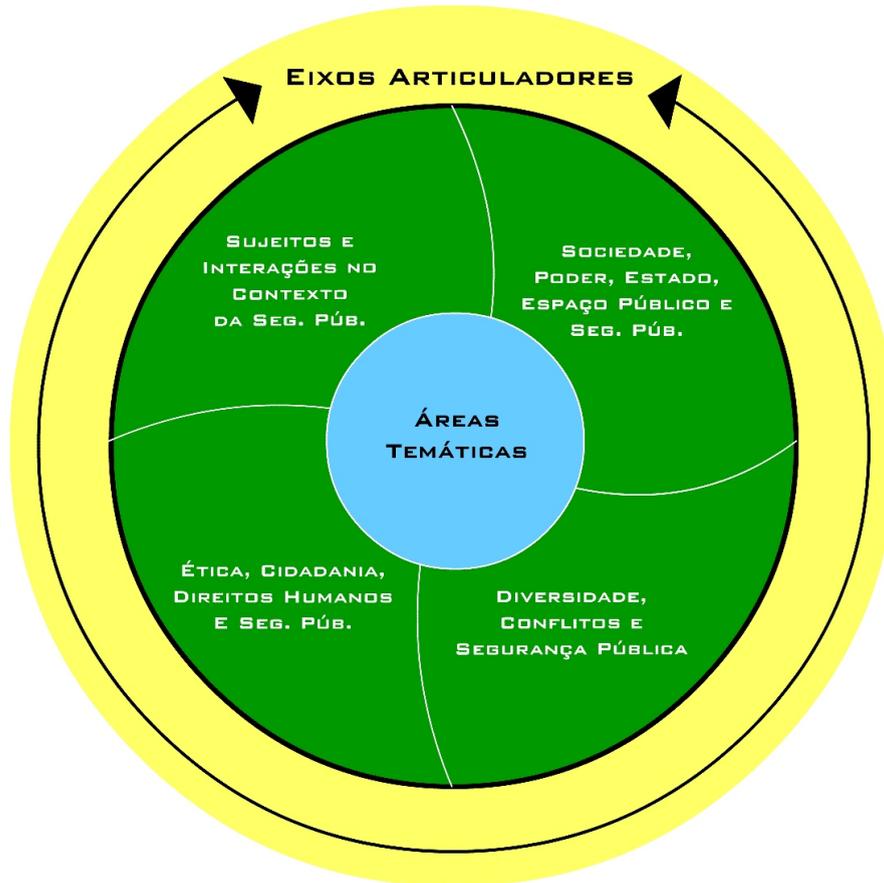
Os **Eixos Articuladores** da **Matriz Curricular Nacional** estruturam o conjunto dos conteúdos formativos propostos e comunicam o sentido político-pedagógico do que se pretende realizar através da formulação de uma Matriz Curricular para Formação em Segurança Pública. São chamados de *Eixos Articuladores*, na medida em que dão origem à reflexão proposta sobre o papel individual, social, histórico e político do profissional e das instituições de Segurança Pública. Vale ressaltar que, por serem entendidos como eixos, a necessidade de questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais entendidas no contexto social e político onde elas se dão.

Os **Eixos Articuladores** devem orientar o conjunto da formulação, da implementação e da avaliação das atividades da formação e do ensino em Segurança Pública. Os quatro eixos selecionados pela amplitude permitem definir a orientação geral dos processos formativos e os conteúdos a serem tratados para a estruturação dos diversos processos pedagógicos.

Utiliza-se a expressão “*Eixos Articuladores*” pelo caráter amplo, abrangente, interdisciplinar e complexo da discussão que engendram, mesmo quando abordados em contextos específicos e de aprendizagem, que constituem a base para elaboração das *Áreas Temáticas* permeando as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos e orientações didático-pedagógicas.

Os Eixos Articuladores foram definidos por sua pertinência na discussão da Segurança Pública e por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, enfrentadas pelos profissionais do sistema considerados de abrangência nacional. Estes eixos ensejam uma concepção dinâmica do trabalho em Segurança Pública a partir do questionamento das posições assumidas nos diferentes papéis que desempenham na sociedade consciente que esta se produz e reproduz,

que se articula a “questão da Segurança Pública”, na forma de discursos e práticas diferenciadas.



Os **Eixos Articuladores** relacionados a seguir são:

- O sujeito e as interações no contexto da Segurança Pública;
- Sociedade, Poder, Estado e espaço Público e Segurança Pública;
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

## **I - Sujeito e Interações no contexto da Segurança Pública**

Este **Eixo Articulador** se justifica pela necessidade de considerar @ profissional de Segurança Pública como sujeito que desenvolve sua função em interação permanente com outros sujeitos. Desta forma, torna-se primordial articular os conteúdos formativos a questões que dizem respeito a esta dimensão, pretendendo-se abordar as diferentes concepções acerca do indivíduo, os papéis por ele desempenhados e a qualidade das interações. Cabe discutir os valores que o participante da formação tem a respeito de si mesmo e das relações que estabelece, em particular, no contexto do exercício da sua profissão.

Deve permitir que os próprios processos educativos sejam vivenciados e entendidos no seu decorrer como momentos de interação e encontro e incluam, para tanto, momentos em que as relações entre participantes sejam estimuladas, aprimoradas e discutidas. Temas que podem estar diretamente ligados a este eixo:

- sensibilização, motivação e integração de grupo;
- focalização dos aspectos humanos da profissão ou de procedimentos específicos;
- relações humanas;
- auto-conhecimento e valores;
- motivação pessoal.

## **II- Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública**

É o eixo que traduz a exigência de considerar as atividades de Segurança Pública no contexto da sociedade, o locus onde elas se dão. Pretende-se oferecer a possibilidade de conhecer e refletir sobre a realidade social no seu conjunto, sua organização e suas tensões, estudadas do ponto de vista histórico, social, político, antropológico e cultural, enfatizando cada um desses aspectos. É importante propiciar a reflexão sobre conceitos políticos fundamentais tais como “ Democracia” e “ Estado de Direito”, considerando igualmente as questões levantadas pela convivência no espaço público - local principal da atuação dos órgãos de Segurança Pública, e a co-existência de interesses e intenções conflitantes.

Exemplos de temas :

elementos de antropologia e de história;  
sociedade, povo e Estado Brasileiro;  
espaço público, cidadania, democracia e Estado de Direito;  
constituição do Estado de Direito;  
formas de sociabilidade e utilização do espaço público;  
história social e econômica do Brasil, do Estado, etc...

### **III-Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública**

Este **Eixo Articulador** visa estimular o desenvolvimento de conhecimentos, práticas e atitudes relativas à dimensão ética da existência, da prática profissional e da vida social.

É importante refletir sobre as articulações entre as diferentes noções de ética, cidadania e Direitos Humanos, bem como suas implicações nos diferentes aspectos da vida profissional e institucional no contexto das atividades de Segurança Pública e sobre os diversos conteúdos formativos, inclusive os de caráter técnico e operacional à dimensão ética da existência buscando a tradução concreta de princípios e valores na prática cotidiana profissional.

Exemplos de questões derivadas:

- análise dos diversos valores presentes na sociedade;
- atuações humanas frente a dilemas éticos;
- ética, política e cidadania.

### **IV-Diversidade, Conflitos e Segurança Pública**

Trata-se de incluir a discussão de questões que dizem respeito à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural. A diversidade é proposta como fonte permanente de enriquecimento e desafio. Cabe proporcionar ao (a) profissional de Segurança Pública alguns instrumentos para conhecer e refletir sobre inúmeras expressões da diversidade como fenômeno inerente à vida social e às relações humanas e como direito fundamental da cidadania. É importante que o processo formativo possa conduzir à análise das representações, ao respeito e à valorização das diferenças, inclusive aquelas que podem carregar preconceitos e atitudes negativas. Este eixo deve permitir a reflexão permanente sobre as intervenções dos órgãos de Segurança Pública frente as realidades que envolvem questões de diferença sócio-cultural, gênero, orientação sexual, etnia, geração, comportamentos estigmatizados e, especialmente, daquelas que se tornam geradoras de conflitos marcados por intolerância e discriminação.

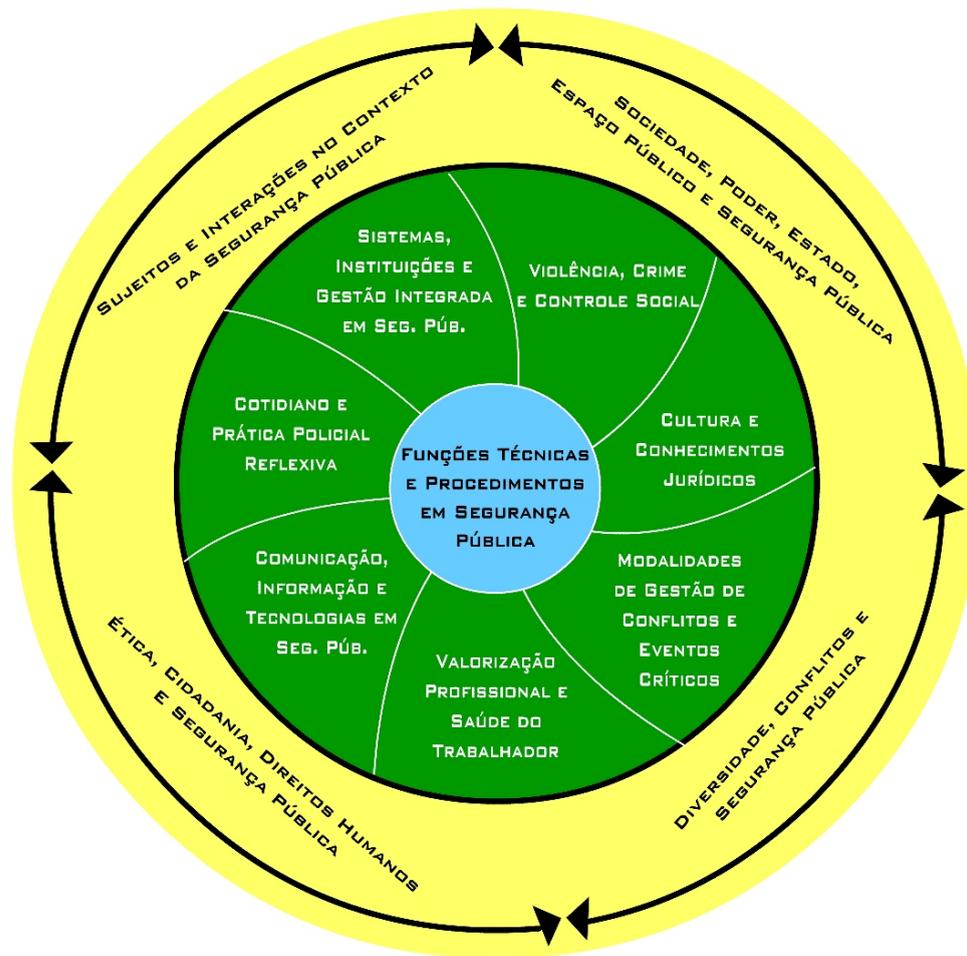
## 2.4. Áreas Temáticas

As **Áreas Temáticas** devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional de Segurança Pública, isto é, devem convergir para capacitá-lo para o exercício de sua função. Na elaboração desta **Matriz Curricular Nacional** foram elencadas oito *Áreas Temáticas* destinadas a acolher um conjunto de conhecimentos a serem tratados nos currículos das Instituições de Ensino.

As **Áreas Temáticas** designam os espaços específicos de construção dos currículos a serem elaborados pelas instituições de Ensino, em conformidade com seus interesses, peculiaridades e especificidades locais. É conveniente esclarecer que a opção pelo termo "área" deu-se em função de que a organização por "disciplina" ou por "módulo" restritivo, significando que a área temática não identifica necessariamente um conjunto de disciplinas, mas sim um conjunto de conteúdos a serem tratados no currículo.

Em consequência, as **Áreas Temáticas** permitem enriquecer os currículos já existentes a partir de novos conteúdos propostos, não por simples acréscimo, mas pela integração que ensejam a definição de novos currículos. Há possibilidade de utilizar as áreas propostas como títulos de componentes curriculares, o intuito principal é que através delas se garanta o tratamento dos conteúdos para os quais elas apontam.

Cada área define um espaço de conteúdos possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas corporações, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais. Vale ressaltar que as **Áreas Temáticas** estão vinculadas aos **Eixos Articuladores** e integradas entre si, podendo de acordo com esta modalidade um conteúdo responder a mais de uma Área Temática.



As **Áreas Temáticas** que compõem a **Matriz Curricular Nacional** são :

- Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- Violência, Crime e Controle Social;
- Cultura e Conhecimentos Jurídicos;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- Cotidiano e Prática Policial Reflexiva;
- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.**

A Área Temática **Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública**, corresponde à concretização final de todo o processo de formação destinado a instrumentalizar @ profissional de Segurança Pública para desempenho de sua função. A qualidade deste desempenho está, contudo, vinculada à constituição de conhecimentos, competências e atitudes contemplados pelas demais áreas temáticas.

### **I-Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública**

Esta **Área Temática** possibilita a compreensão das estruturas organizacionais da história e da dinâmica das Instituições de Segurança Pública dos diversos Sistemas existentes. É relevante a discussão crítica e contextualizada da atuação dos diferentes órgãos e carreiras profissionais que compõem as organizações responsáveis pela promoção e preservação da ordem pública, destacando as competências , os pontos de articulação existentes, as interfaces e a interatividade das respectivas ações, com vistas a instrumentalizar @ profissional para a sua participação no desenvolvimento das políticas integradas de Segurança Pública.

Visa estimular, especialmente na formação profissional inicial, conhecimentos dos fatores sociais que afetam a atuação das organizações de Segurança Pública e, mais amplamente, do Sistema de Justiça Criminal para que possa além de compreender sua inserção no sistema analisar histórica e criticamente as diferentes questões relativas às políticas públicas de segurança, a começar pelo próprio conceito de Segurança Pública.

A Gestão Integrada em Segurança Pública se constitui em importante conteúdo de formação porquanto possibilitará a compreensão crítica dos princípios, estruturas, processos e métodos adotados na formulação e execução das políticas de segurança pública. É fundamental situar o profissional de Segurança Pública como

Servidor inscrito num conjunto integrado de sistemas de implementação das políticas públicas.

Temas a serem tratados:

- conceito de Segurança Pública e diferentes paradigmas de Segurança Pública;
- história das Instituições de Segurança Pública;
- formulação, implementação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas de segurança;
- discussão e análise crítica das funções e atribuições da polícia em uma sociedade democrática;
- filosofia e modelos de policiamento comunitário, interativo e de prevenção;
- gestão integrada e interatividade em Segurança Pública;
- controle democrático interno e externo das Instituições de Segurança Pública;
- poder de polícia, o poder da polícia e o poder discricionário do policial;
- administração e Serviço Público;
- gestão de recursos humanos, planos de carreira e relações de trabalho;
- planejamento estratégico aplicado à Segurança Pública.

## II- Violências, Crime e Controle Social

Esta **Área Temática** estabelece um espaço de conhecimento crítico e reflexão acerca dos fenômenos da violência e do crime em suas várias formas, proporcionando a compreensão das diversas maneiras da sociedade organizar (ou não) o controle dessas manifestações. É importante entender a diferença entre a modalidade jurídico-penal de tratar a violência e outras modalidades. A abordagem interdisciplinar da violência e da criminalidade constitui um dos objetos do trabalho do profissional em Segurança Pública.

Exemplos de temas a serem tratados:

- sociologia da violência;
- violência estrutural, institucional, interpessoal;
- mídia, violência e (in)segurança;
- noções de criminologia;
- processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflitivas;
- sistema penal, processos de criminalização e práticas institucionais de tratamento dos autores de atos delitivos;
- jovens em conflito com a lei;
- violência e corrupção policial;
- crime organizado: análise crítica da gênese e estruturas;
- violência da escola e violência na escola;
- violência e grupos vulneráveis;
- ✍️ Violência contra a mulher;
- ✍️ Rede de exploração sexual comercial.

### **III- Cultura e Conhecimentos Jurídico**

Esta **Área Temática** permite uma reflexão crítica sobre o Direito como construção cultural sobre os Direitos Humanos e sua implementação com vista à atuação profissional em Segurança Pública no Estado Democrático de Direito. É necessário o conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades policiais. É importante que o tratamento das questões jurídicas não se dissocie das demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na prática profissional.

Exemplos de temas a serem trabalhados:

- Direito, sua concepção e função;
- Direitos Humanos, sua história e instrumentos de garantia;
- elementos de Direito Constitucional;
- elementos de Direito Administrativo;
- elementos de Direito Penal e Direito Processual Penal;
- legislações especiais aplicáveis no âmbito da Segurança Pública.

### **IV- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos**

Esta **Área Temática** visa favorecer o domínio do conhecimento, domínio das modalidades necessárias para lidar com situações conflituais, considerando que estas são diversificadas e que demandam procedimentos e técnicas diferenciadas de atuação, preventivas e reativas. É importante o estudo das diversas situações conflitivas e das modalidades de intervenção incluindo técnicas de mediação, negociação, uso da força, entre outras. Dada a complexidade destas situações de conflito é fundamental que se considere o foco, o contexto e @s envolvidos@s, para que as decisões sejam tomadas de forma responsável, eficaz, legítima e legal. A

perspectiva é de que a análise da situação de conflito seja realizada no interior dos grupos, incentivando o desenvolvimento de equipes, o planejamento integrado, comportamento assertivo, com aplicação das táticas de gerenciamento de conflitos.

Exemplos de temas a serem tratados:

análise e prevenção de conflitos;

mediação de conflitos;

emotividade e percepção das situações e conflito;

aspecto de preparação psicológica e emocional do "gerenciador" de conflitos;

tomada de decisão em situações de conflito;

uso da força, legitimidade e limites;

formas de uso da força, responsabilidade e ética;

responsabilidade dos aplicadores da lei;

relação com a mídia.

## **V-Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador**

A formação em Segurança Pública deve necessariamente contemplar a abordagem desta área temática. Tal necessidade é urgente e determinante quanto à motivação, à eficácia e ao bem-estar dos profissionais em Segurança Pública. Todo processo formativo deverá incluir metodologias que valorizem os participantes e lhes permitam ter uma positiva imagem de si como sujeito e como membro de uma instituição. A Área Temática da valorização profissional deve ser incluída no rol dos conteúdos curriculares para contribuir com a criação de uma cultura efetiva de respeito e bem-estar dos profissionais. A valorização profissional não se restringe a questões relacionadas à remuneração e planos de carreira, mas também a condições de trabalho, equipamentos disponíveis e acesso às atividades de formação.

A saúde do trabalhador está diretamente ligada à sua valorização, referida à dimensão física e aos aspectos psicológicos e sociais da vida profissional. Enquanto direito fundamental e condição de eficácia no trabalho, a saúde do trabalhador deve se tornar objeto de ensino, para que todos possam conhecer a forma de aprimorá-la e contribuir efetivamente neste sentido.

Esta Área Temática deve incluir a abordagem de um aspecto capital da profissão: a valorização e a proteção da vida e da integridade física, mental e emocional do profissional Segurança Pública. Este aspecto refere-se à adoção de providências técnicas e a modalidades específicas de organização do trabalho cuja aprendizagem deve ser incentivada. É imprescindível abordar a questão do estresse e de suas conseqüências.

Exemplos de temas a serem abordados:

- imagem do profissional Segurança Pública;
- condições de trabalho em Segurança Pública;
- desempenho profissional e procedimentos e técnicas para proteção à vida;
- conceito de saúde para o profissional em Segurança Pública;
- condições de trabalho saudáveis e equipamentos adequados;
- exercício físico .

## **VI- Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública**

Esta Área Temática inclui conteúdos relativos aos princípios, procedimentos e técnicas da comunicação, isto é, dos processos de troca e transferência de informação. É imprescindível para o profissional de Segurança Pública conhecer e utilizar de maneira eficaz, legal e eticamente sustentável, o complexo sistema de comunicação que constitui e estrutura o próprio Sistema de Segurança Pública.

Vale ressaltar o caráter abrangente desta área. Inclui, a abordagem geral dos diferentes princípios, meios e modalidades de comunicação. Entre eles destacam-se a comunicação verbal e não verbal fundamental para a interação com o público -, a comunicação escrita e a comunicação de massa, designando esta as diversas técnicas de difusão de informação, ligadas ao progresso técnico-científico, destinadas ao conjunto da sociedade.

Esta Área Temática abrange o estudo das modalidades específicas de comunicação, de caráter intra e inter-institucional, indispensáveis para o funcionamento do Sistema de Segurança. Contempla a formação relativa às diversas tecnologias utilizadas em Segurança Pública, sejam elas ligadas diretamente à comunicação de informações ou relativa às demais atividades em Segurança Pública. É importante salientar que o estudo e o aprendizado das tecnologias são indissociáveis da discussão da finalidade e ou procedimento policial.

Exemplos de temas :

- princípios, meios e formas de comunicação: da comunicação oral à comunicação de massa;
- comunicação verbal e corporal;
- comunicação de massa e Sistema de segurança pública;
- sistemas de telecomunicações interno e externo;
- registro de ocorrências;
- estatística criminal e análise criminal;
- geo-processamento e atuação policial no *locus* urbano;
- gestão das novas tecnologias da informação;
- atividades, operações e análise de Inteligência;
- controle democrático e atividades de Inteligência;
-  programas informáticos de geo-processamento .

## **VII- Cotidiano e Prática Policial Reflexiva**

Esta Área Temática propõe a realização de atividades formativas centradas na discussão da prática e da realidade cotidiana da profissão. Isto revela-se de extrema importância uma vez que somente no decorrer da prática que o profissional em Segurança Pública vai mobilizar, em tempo real, o conjunto de seus conhecimentos para solução e mediação de problemas concretos.

Temas sugeridos:

- ✍ casos de relevância e alto risco;
- ✍ mediação e solução de problemas policiais;
- ✍ práticas individuais e institucionais polêmicas;
- ✍ análise situacional concreta;
- ✍ o imaginário do cotidiano;
- ✍ reflexão e rotinas;
- ✍ as práticas policiais emblemáticas.

## **VIII. Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública**

Trata-se da Área Temática onde se concentram os conteúdos relativos aos aspectos técnicos e procedimentais inerentes do exercício das funções. Encontram-se aqui os temas trabalhados nas ações formativas. Ressalta-se que estas precisam estar integradas às demais Áreas Temáticas .

Exemplos de temas a serem tratados:

- policiamento ostensivo;
- policiamento comunitário;
- planejamento de ação integrada ;
- métodos de intervenção;

análise da situação;  
informações sobre proteção às testemunhas;  
áreas integradas de Segurança Pública;  
inquérito policial;  
perícias internas e externas;  
ação tática ;  
formas e técnicas de patrulhamento e presença no território;  
análise criminológica;  
métodos e técnicas de entrevista e interrogatório;  
técnicas de abordagem;  
técnicas de defesa pessoal;  
técnicas de contenção, imobilização e condução.

## 2.5 Orientações Teórico-Metodológicas

As orientações teórico-metodológicas contidas na **Matriz Curricular Nacional** constituem um referencial para o ensino e a aprendizagem dos conteúdos fundamentais à formação profissional em Segurança Pública, garantindo a coerência com as políticas da SENASP/MJ.

### **I - Declaração das intenções, princípios norteadores e movimentos metodológicos**

O referencial teórico-metodológico da **Matriz Curricular Nacional**, elaborado num contexto nacional em reconstrução, é sustentado por um paradigma que concebe a formação como processo complexo e contínuo de crescimento e aperfeiçoamento que visa à preparação de profissionais que assumam a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento profissional e pelo cumprimento das determinações da área em que atuam, tornando-os competentes, responsáveis por aquilo que está no campo de ação de seu poder e investidos do compromisso com a melhoria do bem público e das instituições políticas (Escámez e Gil, 2003).

Na evolução pretendida pela **Matriz Curricular Nacional**, o ensino é entendido como processo político complexo permeado por competências e habilidades específicas e especializadas. Visa a promoção da aprendizagem por meio da reconstrução do conhecimento e da apropriação crítica da cultura elaborada, pautado em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética.

A aprendizagem compreende a relação cognitivo-afetiva e recursiva entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento pressupondo a construção de um novo conhecimento a partir da continuidade/ruptura com o conhecimento anterior.

Apoiada nestas concepções, a **Matriz Curricular Nacional** oferece um referencial pedagógico que visa a promoção efetiva de uma competência coletiva profissional em Segurança Pública com base na aplicação prática e na adaptação de competências, numa íntima relação com o desenvolvimento das capacidades de leitura e gestão situacional.

Tal proposta educativa apresenta um delineamento pedagógico diferenciado, apoiando-se nos princípios:

- A) **Unidade na Diversidade** - as interações entre os diferentes componentes curriculares garantem a unidade, preservando as singularidades;
- B) **Autonomia/Dependência** - os componentes curriculares compõem e reconstróem sua autonomia em estreita relação de dependência entre si e com aspectos culturais historicamente situados;
- C) **Dialogicidade** - as interações entre os componentes curriculares se processam de forma recursiva, intercomplementar e enriquecedora.

À transversalidade que emana da **Matriz Curricular Nacional**, apoiada nestes princípios e em eixos articuladores, associa-se as transversalidades emergentes dos objetivos definidos a partir das áreas temáticas e dos perfis exigidos pelas diferentes carreiras que integram a Segurança Pública. Nesta confluência, a transversalidade curricular dá coerência interna e integra as ações formativas à filosofia da política vigente. Representa, ainda, uma relação necessária de subordinação resultante do comprometimento assumido face à autoridade que emana da proposta governamental em Segurança Pública, conferindo às Instituições de Ensino, a responsabilidade pela convergência com as linhas norteadoras nacionais.

Para a efetivação da transversalidade pretendida, as Instituições de Ensino precisam planejar as ações educativas a partir das conclusões originadas na análise crítica de suas ações pedagógicas e de sua cultura organizacional, das contradições constatadas em relação à problemática do mundo profissional e sócio-cultural (entre teoria e prática, entre formação e demandas da sociedade). Para tanto, a construção curricular, amparada no referencial comum nacional de Segurança Pública, passa a exigir uma convergência com os referenciais institucionais para a construção de uma competência coletiva que precisa ser constantemente objeto de reflexão crítica para não perder sua pertinência.

Neste contexto de exigências surge a necessidade de investimento em práticas educativas que propiciem uma formação que se caracterize pelo(a):

- desenvolvimento e transformação progressiva das capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes pertinentes;
- compreensão da complexidade das situações de trabalho e das práticas de Segurança Pública, identificando rotinas e riscos das decisões tomadas;
- ampliação do repertório de competências profissionais(Bélair,2001);
- responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal;
- coerência com as diretrizes nacionais e a filosofia institucional;
- criação de estratégias para um ensino comprometido com a transformação social e profissional;
- desenvolvimento da curiosidade intelectual e da co-responsabilidade pela aprendizagem;

articulação entre Eixos Articuladores e destes com as Áreas Temáticas por meio de percursos interdisciplinares, resultando em sínteses transdisciplinares;  
articulação entre teoria e prática;  
avaliação continuada das práticas e da aprendizagem.

Para tanto, o planejamento curricular precisa apoiar-se em opção metodológica que favoreça a construção da competência coletiva/profissional pretendida de forma crítica e reflexiva e na criação de espaço para a realização periódica de atividades de mobilização do corpo docente e discente, de reuniões de estudo e de análise/reconstrução coletiva dos planos.

A partir de iniciativas desta natureza torna-se possível um entendimento comum de competência profissional na área da Segurança Pública, como o conjunto formado por saberes, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessários ao exercício das funções a serem desempenhadas. Assim, o conjunto de competências, que forma a competência profissional, é de natureza cognitiva, afetiva e prática e de ordem técnica e didática (Altet, 2001), incluindo os seguintes saberes:

A) os saberes teóricos contidos nas áreas temáticas (inserindo-os no contexto mais amplo) e nas diferentes disciplinas e na cultura de Segurança Pública (inserindo-os no contexto mais próximo) e que são indissociáveis dos saberes práticos;

B) os saberes práticos, originados das experiências cotidianas da profissão, que são adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho. Entre os saberes práticos distinguem-se os saberes sobre a prática (saberes procedimentais sobre o "como fazer") e os saberes da prática (produto das ações que tiveram êxito, da práxis e o saber "quando" e "onde" os saberes podem ser aplicados). Este "saber situacional" articula os diferentes saberes na ação gerando práticas profissionais que se desenvolvem no decorrer de experiências, o que permite ao profissional adaptar-se às situações e alcançar a competência na ação, consciente das limitações e da complexidade situacional; desenvolver hábitos, que possibilitarão discernir o impossível do possível, e elaborar cenários com consciência do inevitável e do

desejável (Morin, 1999);

C) o saber instrumental que permite o desenvolvimento da competência “saber analisar criticamente”.

A articulação entre os saberes, as habilidades, hábitos, atitudes e os esquemas de ação geram a competência.

Os esquemas de ação, que permitem mobilizar e efetivar os demais componentes da competência, constituem o cenário que se mantém de uma situação para a outra (rotinas) ou o cenário que passa por ajustes e recombinações de informações para adaptação a situações estratégicas.

As principais metas pedagógicas a serem alcançadas dizem respeito à aplicação dos saberes, à aquisição progressiva de técnicas, das habilidades e esquemas de ação (saber fazer), ao saber da experiência teorizada (saber refletir).

Para assegurar uma formação profissional em Segurança Pública com qualidade, a configuração dos perfis dos egressos dos diferentes cursos constitui um desafio complexo não somente pela observância das prerrogativas matriciais, mas também pelo distanciamento de um ensino meramente transmissor.

O profissionalismo a ser alcançado pela formação pretendida é uma construção pessoal/coletiva que se apóia na reflexão teórica sobre as experiências vividas, com a ajuda de um mediador (docente), gerando conhecimento e competência a partir de, através de e para a prática de (Le Boterf, 2003).

Torna-se necessária a discussão e a reconstrução das ementas das disciplinas, por percurso interdisciplinar, explicitando a consciência de que existem responsabilidades que precisam ser assumidas coletivamente para uma maior integração curricular (transdisciplinar).

Para realizar a integração pretendida, mudanças na metodologia de ensino são decisivas, incluindo o rompimento com práticas docentes conservadoras e autoritárias, o que propicia condições para o desenvolvimento de uma competência coletiva interdisciplinar na evolução curricular: o estabelecimento de uma rede comunicacional e de uma linguagem e objetivos comuns viabilizam gradualmente a mobilização para a integração, contribuindo para a identidade grupal. Para tanto, torna-se necessária uma reflexão crítica sobre a realidade pedagógica passada e atual, para detecção das possibilidades (pontos fortes) e das fragilidades.

A partir da reflexão crítica sobre as possibilidades e limitações, surge a demanda por uma metodologia de ensino diferenciada o que exige a criação de espaço para que os docentes discutam a **Matriz Curricular Nacional** e participem de processo de desenvolvimento docente.

A metodologia de ensino proposta traz como exigência básica os seguintes movimentos interdependentes (Azevedo e Souza, 1998):

A) mobilização para a aprendizagem, pelo estímulo à curiosidade, ao interesse pelo conhecimento e à articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses institucionais e a análise do conhecimento prévio, para que sejam percebidos equívocos teórico-práticos e reformulados pensamentos, ações e sentimentos;

B) desconstrução/reconstrução do conhecimento pelo desenvolvimento da aptidão para análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes perspectivas na interpretação da realidade;

C) avaliação da produção pelo docente e pelo discente, a partir da reflexão sobre as ações e os resultados atingidos identificando avanços, reproduções e retrocessos.

Numa metodologia desta natureza, a efetivação da interdisciplinaridade se manifesta na qualidade das sínteses integradoras construídas (transdisciplinares) a partir do aprofundamento de conteúdos de aprendizagem de diferente natureza e do potencial de desenvolvimento das atividades propostas.

## **2.6. Sistema de avaliação da aprendizagem e o processo de educação continuada**

O sistema de avaliação proposto na **Matriz Curricular Nacional** inclui critérios gerais constituídos por indicadores de diferentes naturezas, estratégias, procedimentos, técnicas e instrumentos, visando a reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem. Nesta abordagem, o sistema não se reduz a critérios de aprovação e reprovação. Muito mais constitui a base para um monitoramento permanente da qualidade e da eficácia das práticas formativas.

Os critérios de avaliação da aprendizagem têm como referência transversal os objetivos, a caracterização do profissional definida e, permanentemente, a demanda da inserção de novos conhecimentos, saberes e habilidades.

Para melhor compreensão da relevância social e educacional da avaliação da aprendizagem é preciso investigar fracassos e avanços, a partir da reflexão sobre as práticas avaliativas (Sacristán, 1998). E isto implica na renovação destas práticas, permeada pela observação direta e pela intenção de auxiliar os discentes na reflexão crítica sobre a sua própria produção, para que possam reconsiderar suas próprias idéias, ações e atitudes (Azevedo e Souza, 1998).

Segundo Postic (1993), o aprendente em formação tem consciência da qualidade da própria aprendizagem e de sua produção se, além de observar e analisar situações concretas e hipotéticas, desenvolver a capacidade de conceber com o auxílio docente, um projeto pessoal de formação. Para tanto, é preciso que o discente observe a si mesmo e ao seu grupo de trabalho em situações pedagógicas diversificadas, experienciando procedimentos de reflexão teórica e de análise das distâncias de percepção, o que o auxilia na análise de atitudes, de valores e de papéis sociais.

Em iniciativas educacionais desta natureza, a prática e a teoria recursivamente propiciam esclarecimento e revisão, oportunizando ao discente a possibilidade de tomar consciência de suas carências e do que influencia suas ações e, a partir daí, conceber um projeto pessoal de formação, transitando de uma simples aquisição de saber-fazer para uma formação que leve a uma identidade profissional.

Os cursos precisam oferecer condições para uma formação que ensine a auto-análise (autoconhecimento), também sobre os costumes, os automatismos, as percepções, as emoções (Perrenoud, 2001).

Na avaliação da aprendizagem o docente precisa ter a consciência de que trata as informações, analisa as situações e toma decisões com a ajuda de esquemas de pensamento dos quais, muitas vezes, percebe somente os efeitos: hábitos repetem-se mesmo em situações não análogas, diferenciando-se e combinando-se, formando novas configurações quando mudam necessidades e interesses.

Os esquemas de ação (repetições de uma mesma ação), que permeiam as práticas avaliativas, devem ser objeto de reflexão crítica (Altet, 2001), para que se introduzam inovações: o discente inova a partir da compreensão daquilo que torna uma situação singular, enriquecendo e diversificando os hábitos, ao reconhecer a novidade (qualidade inteligente - Morin, 1999). Entretanto, só isto não basta. É

preciso oportunizar situações de avaliação em que o discente possa tomar consciência de seus esquemas de percepção, pensamento, avaliação, decisão e ação para que possa reconsiderar suas próprias idéias numa visão de aprendizagem como processo de reconstrução permanente (qualidade inteligente Morin, 1999), favorecendo esquemas de percepção que permitam opções inteligentes para o enfrentamento de incidentes críticos, a partir da elaboração de cenários (qualidades inteligentes Morin, 1999), formando um novo conjunto de hábitos que tenham sua gênese nas experiências, na clareza das finalidades e dos valores. Portanto, é preciso desenvolver uma avaliação da aprendizagem que favoreça a tomada da consciência em relação ao conjunto de esquemas de ação para que estes possam ser transformados.

A avaliação da aprendizagem vai além da constatação de competências, habilidades e atitudes que compõem a caracterização do profissional a ser formado, das normas regimentais e dos critérios específicos estabelecidos com base nos eixos articuladores, nas áreas temáticas e nos conteúdos específicos das disciplinas.

O objetivo essencial da avaliação é auxiliar a docentes e discentes a visualizarem a qualidade do ensino e da aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes, a fim de uma aplicação deste componente curricular de forma desapaixonada e desvinculada de posições autoritárias, preservando, porém, a autoridade contextual do professor.

É necessário preparar docentes e discentes para uma avaliação desta natureza.

Os problemas atuais referentes às práticas avaliativas não estão necessariamente associados ao tipo de instrumentos utilizados, mas possivelmente na forma como eles são construídos, nos procedimentos utilizados, nas intenções e na forma como são usados os resultados.

A avaliação pretendida não tem a intenção de romper abruptamente com a história avaliativa dos Cursos de Segurança Pública, mas de reformular aspectos essencialmente conservadores e autoritários, engendrando uma transição consciente e compromissada para uma forma de avaliar que não abandone a exigência em relação à qualidade e a precisão, que incorpore uma visão de avaliação como fenômeno complexo, cujos resultados não pertencem somente ao professor, mas também ao discente. Isto se faz necessário para que o discente possa ter consciência sobre a qualidade de sua produção e, a partir disto, possa buscar novos conhecimentos, que possibilitem uma formação coerente com os objetivos institucionais e as demandas da realidade em Segurança Pública.

Além da orientação já consagrada pelos Regimentos das Instituições de Ensino, o sistema de avaliação precisa lançar mão de outras técnicas para a coleta de dados - observação participante, entrevistas individuais e coletivas, auto-avaliação - o que demanda a associação de procedimentos de natureza qualitativa a procedimentos quantitativos.

## **I. Auto-avaliação dos Cursos e Monitoramento**

Uma educação profissional em Segurança Pública, que se mantenha atenta à complexidade do mundo contemporâneo, possibilita a implantação e o desenvolvimento de um processo avaliativo com condições de orientar na criação de perspectivas e estratégias, que contribua para a melhoria da qualidade do ensino, com base no autoconhecimento e no reconhecimento das potencialidades, dos resultados e das limitações dos cursos oferecidos.

Entre os critérios que podem guiar a constante avaliação dos Cursos encontram-se a (o):

- a) repercussão educacional alcançada em função do custo/benefício envolvido;
- b) inovação e a possibilidade de impacto no mercado de trabalho;
- c) relevância da contribuição científica e social;
- d) adequação metodológica;
- e) coerência e a adequação à matriz e ao marco referencial da Instituição de Ensino;
- f) consolidação de parcerias externas e a consolidação da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade;
- g) consistência teórica-prática;
- h) integração entre conhecimentos essenciais, conteúdos complementares, conteúdos transversais e conteúdos de natureza profissional;
- i) flexibilidade curricular em atendimento a interesses específicos e atualizados;
- j) desenvolvimento de conteúdos de forma contextualizada;
- l) desenvolvimento da aptidão geral para delimitar e tratar problemas;
- m) encorajamento à aptidão interrogativa sobre problemas fundamentais da própria condição e da época;
- n) reconhecimento do elo indissolúvel entre unidade e diversidade;
- o) consolidação da ética e da cidadania.

Uma avaliação sob estes critérios representa um incentivo ao corpo docente, discente e administrativo para práticas avaliativas numa visão sistêmica, na qual a administração, os recursos humanos, a metodologia de ensino se pautam também por tendências sociais em constante transformação e por uma concepção de conhecimento como recurso flexível, fluido, em processo de expansão e mudança incessante.

Para que reais modificações aconteçam no sistema de avaliação, é vital que os docentes se envolvam na reflexão crítica das práticas cotidianas, para que possam construir uma inteligência profissional coletiva o que implica na transformação da forma como pensam sobre as capacidades humanas e no desenvolvimento das capacidades de correr riscos, lidar com as mudanças e desenvolver investigações em parceria, quando novas demandas e problemas de avaliação os desafiam.

## **II- Concretização das pretensões**

A reformulação curricular, a partir das orientações teórico-metodológicas contidas na **Matriz Curricular Nacional**, precisa oferecer, ampliar e associar novas formas de trabalho integrado, a partir de um planejamento cuidadoso que propicie uma evolução nas propostas dos Cursos, numa concepção privilegie a convergência entre eixos articuladores e áreas temáticas, para o atendimento de demandas locais e o enriquecimento das zonas de fronteira.

A partir de diferentes formas de integração curricular podem ser criadas condições para o alcance dos perfis profissionais pretendidos nos Cursos. Estes perfis, que se caracterizam por uma *profissionalidade* (uma *questão de competência/inteligência/profissional coletiva*), emergida a partir da cooperação, sinergia e combinações entre competências/inteligências individuais são potencialmente geradores de uma identidade profissional, desempenhando um papel integrador.

Embora os Cursos de formação venham alcançando resultados que podem ser considerados significativos, suas trajetórias vêm encaminhando para a necessidade mudança a partir do entendimento de Segurança Pública como fenômeno interdimensional e complexo. Para o alcance da formação pretendida é preciso trabalhar construtivamente, desconstruindo a diversidade de saberes científicos e não científicos, que permeiem os cursos, e consolidem o

comprometimento com ações que favoreçam a consecução dos eixos transversais. E isto exige a reflexão crítica sobre as próprias práticas para a descoberta do que precisava ser modificado, tendo como referências o contexto, os parceiros, as idéias dos teóricos e as políticas de Segurança Pública e educacionais.

Entre as principais formas de integração que podem contribuir para a evolução dos processos formativos na área de Segurança Pública em direção à interdisciplinaridade/transdisciplinaridade encontram-se :

- a) integração correlacionando os Eixos Articuladores, Áreas Temáticas e disciplinas em diferentes momentos, respeitando as características singulares;
- b) integração em torno de questões cotidianas intimamente relacionadas aos eixos articuladores como as questões sociais e morais associadas à problemática da Segurança Pública, cuja compreensão não está ligada somente no âmbito de uma determinada disciplina;
- c) integração com outras instituições;
- d) integração epistemológica o que exige tomar emprestado de outras áreas marcos teóricos, métodos, procedimentos ou conceitos que, ao incorporarem-se ao corpo tradicional de seu conteúdo específico, auxiliam a resolver problemas específicos;
- e) integração entre áreas temáticas, agrupando disciplinas que conservam semelhanças importantes ou conservam um pretenso antagonismo (adaptado de Santomé, 1998).

Estas formas de integração precisam ser permanentemente reoxigenadas pela oferta de possibilidades extracurriculares, de parcerias e de relações com a comunidade para que apresentem uma maior apropriação à configuração de um perfil diferenciado e contemplem a consolidação das linhas norteadoras que emanam da **Matriz Curricular Nacional**. Para tanto, as atividades desenvolvidas necessariamente precisam apresentar conexão com os objetivos pretendidos e o corpo docente precisa estar preparado para trabalhar interdisciplinarmente.

Para uma evolução neste sentido, a partir dos avanços verificados, o corpo docente precisa desenvolver a compreensão de que é possível e necessário transformar práticas em espaços de reflexão e leitura crítica. Para tornar viável esta conquista pedagógica é preciso uma transformação nos papéis docentes e discentes encaminhando-se de:

- a) uma abordagem mais enfática em produtos para uma abordagem que considera pontos de partida, processos e produtos tanto parciais como finais;
- b) uma visão de busca de interação como invasão de território para uma visão de interação como oportunidade de enriquecimento mútuo e coletivo;
- c) uma compreensão de instituição educacional como espaço de treinamento mecanicista para um espaço genuíno de reflexão e análise de diferentes pontos de vista, permeado por clima de cooperação e pluralismo, associando-se cada vez com mais intensidade, aspectos qualitativos e quantitativos;
- d) uma docência com características de autoritarismo para uma docência alicerçada numa autoridade docente que partilha de um compromisso de transformação de práticas e de pensamento curricular.

Assim, a efetivação dos propósitos formativos, propiciadores de integração às dinâmicas sociais, pressupõe a discussão crítica sobre o significado tradicional da formação, dos grandes dilemas originados no novo marco da sociedade e das exigências do desenvolvimento de um compromisso com uma formação como processo contínuo de crescimento e aperfeiçoamento pessoal/profissional e social. É preciso revisar as práticas formativas integrando-se com outras instituições e com a comunidade buscando alternativas que permitam uma maior integração no âmbito pedagógico e político, ampliando-se os benefícios recíprocos.

Outro aspecto importante a destacar é a possibilidade da estruturação curricular incluir a realização de estágios o que oportunizará aos docentes a reflexão na e sobre sua ação e aos discentes a reflexão na e sobre a ação profissional (com base em Schön, 2001 e Perrenoud et al, 2003) com o objetivo de sensibilizar em direção a:

- a) sistemas criativos de ensino que auxiliem a incorporar aos ambientes educativos uma cultura de mudança, baseados em descobertas que facilitem na capacidade de adaptação a diversos contextos e problemas e na construção da autonomia na aprendizagem;
- b) incorporação de novas tecnologias como recursos recorrentes no desenvolvimento de aprendizagens autônomas;
- c) desenvoltura para agir em contextos de fontes múltiplas de informação e vivenciar a atitude de constante busca e de comparação entre diferentes abordagens, posicionando-se criticamente.

A **Matriz Curricular Nacional** é um referencial para análise e reconstrução dos programas de formação oferecidos e da história educacional das instituições de ensino policial, a partir do reconhecimento da relevância das tensões geradas nas ambivalências e nos antagonismos sociais, tornando possível dar coerência aos percursos pedagógicos.

### 3. Referências Bibliográficas

ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.

AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de et al.. Participação e Interdisciplinaridade: movimentos de ruptura/construção. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. Tornar-se autor do próprio projeto. In GRILLO, Marlene e MEDEIROS, Marilú. A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 203-22.

BÉLAIR, Louise. A Formação para a Complexidade do Ofício de Professor. In: PERRENOUD, Philippe et al. Formando Professores Profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.

ESCÁMEZ, Juan e GIL, Ramón. O protagonismo na Educação. Porto Alegre: ARTMED; 2003.

LE BOTERF, Guy. Desenvolvendo a competência d@s profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2003.

MORIN, Edgar. O Método III: O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.

POSTIC, Marcel. O imaginário na relação pedagógica. São Paulo: Cortez; 1993.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. Porto Alegre: ARTMED; 2001.

SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SANTOMÈ Globalização e interdisciplinaridade. Porto Alegre. ARTMED; 1998.

## 4. GLOSSÁRIO

**Aprendizagem:** processo complexo fundamentado na relação recursiva cognitivo-afetiva entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento, pressupondo continuidade e ruptura com o conhecimento anterior.

**Avaliação:** processo complexo integral que constitui base para um monitoramento permanente da qualidade das práticas formativas, indicando os avanços, as permanências e os retrocessos, a partir dos objetivos, Eixos Articuladores, Áreas Temáticas, a caracterização do profissional definida e a demanda de atualização de conhecimentos e habilidades (Perrenoud, 1999); pressupõe a intenção de auxiliar os discentes na reflexão crítica sobre a sua própria produção, para que possam reconsiderar suas próprias idéias, ações e atitudes (Azevedo e Souza, 1998), comportando a auto-reflexão, a autocrítica.

**Competência profissional:** conjunto de natureza cognitiva, afetiva, prática e de ordem técnica e didática formado por saberes, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessários ao exercício das funções de Segurança Pública, numa íntima relação com o desenvolvimento das capacidades de leitura e gestão situacional (Perrenoud, 2001).

**Desconstrução/reconstrução do conhecimento:** movimentos de análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes perspectivas na interpretação da realidade.

**Ensino:** processo político complexo, permeado por competências e habilidades específicas e especializadas, que visa a promoção da aprendizagem, por meio da reconstrução do conhecimento e da apropriação crítica da cultura elaborada, pautado em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética.

**Esquemas de ação:** constituem o cenário que se mantém de uma situação para a outra (rotinas) ou o cenário que passa por ajustes e

recombinações de informações, para adaptação a situações estratégicas e que permitem mobilizar e efetivar os demais componentes da competência (Altet, 2001).

**Formação:** processo contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, tecido numa rede de relações, que visa à preparação de profissionais competentes, com responsabilidade pelo próprio desenvolvimento profissional e pelo cumprimento das determinações da área em que atuam, tornando-os responsáveis por aquilo que está no campo de ação de seu poder. Pressupõe a evolução e a transformação progressiva das capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes, a partir da compreensão das situações de trabalho e das práticas de Segurança Pública, consolidando a identidade profissional e social (Perrenoud, 2001 e Schön, 2001)

**Instituição educacional:** espaço genuíno de reflexão e análise de diferentes pontos de vista, permeado por clima de cooperação e pluralismo.

**Integração epistemológica:** empréstimo entre áreas de marcos teóricos, métodos, procedimentos ou conceitos, que, ao incorporarem-se ao corpo tradicional do conteúdo específico, auxiliam a resolver problemas (Santomé, 1998) .

**Interdisciplinaridade:** interação e recursividade entre disciplinas viabilizando gradualmente a mobilização para a integração da qual resultam síntese construídas em relações de complementaridade (transdisciplinares) e a identidade grupal (Azevedo e Souza, 2004).

**Metodologia de ensino:** guia teórico-prático de situações e estratégias pedagógicas diversificadas, reconstruído constantemente, a partir da análise crítica dos pressupostos implícitos nas práticas formativas, o que exige a consciência de que as informações são tratadas, as situações são analisadas e as decisões são tomadas com

base em interesses e necessidades.

**Mobilização para a aprendizagem:** sensibilização para a busca do conhecimento pelo estímulo à curiosidade intelectual e à articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses e a análise do conhecimento prévio.

**Profissionalidade:** competência/inteligência/profissional coletiva, emergida a partir da cooperação, sinergia e combinações entre competências/inteligências individuais, potencialmente geradoras de uma identidade profissional (Le Boterf, 2003).

**Profissionalismo:** construção pessoal/coletiva que se apóia na reflexão teórica sobre as experiências vividas, com a ajuda de um mediador (docente), gerando conhecimento e competência, a partir de, através de e para a prática (Le Boterf, 2003).

**Saber instrumental:** permite o desenvolvimento da competência "saber analisar criticamente" (Altet, 2001).

**Saber prático:** saber situacional que articula os saberes originados das experiências cotidianas da profissão que são adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho (saberes procedimentais sobre o "como fazer") e os saberes originados em ações que tiveram êxito ("quando" e "onde" os saberes podem ser aplicados), permitindo ao profissional adaptar-se às situações e alcançar a competência na ação (Altet, 2001).

**Saber teórico** contido nas áreas temáticas (inserindo-as no contexto mais amplo) e nas diferentes disciplinas e na cultura de Segurança Pública (inserindo-as no contexto mais próximo) e indissociável do saber prático (Altet, 2001).

**Sistema de avaliação:** conjunto de critérios gerais (constituídos por indicadores de diferentes naturezas), estratégias, procedimentos,

técnicas e instrumentos comprometido com um referencial paradigmático que contribui para o planejamento e o monitoramento permanente da qualidade das práticas formativas e a reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem (Bonniol e Vial, 2001, tendo como referência a Matriz Curricular Nacional).

**Transversalidade:** eixo estruturador do currículo que propicia a coerência interna curricular e integra com a filosofia da política vigente e com o cotidiano da Segurança Pública, representando uma relação necessária de subordinação resultante do comprometimento assumido face à autoridade, que emana da proposta governamental e que confere, às Instituições de Ensino, a responsabilidade pela convergência com as linhas norteadoras nacionais.

## I .REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO GLOSSÁRIO

AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. O antagonismo complementar entre a Interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Brasília, 2004.

AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. Tornar-se autor do próprio projeto. In GRILLO, Marlene e MEDEIROS, Marilú. A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 203-22.

BONNIOL, Jean-Jacques e VIAL, Michel. Modelos de avaliação: Textos fundamentais. Porto Alegre: ARTMED; 2001.

LE BOTERF, Guy. Desenvolvendo a competência d@s profissionais. Porto Alegre: ARTMED; 2003.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: Da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: ARTMED; 1999.

PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: ARMED; 2001.

SANTOMÉ, Jurjo. Globalização e interdisciplinariedade. Porto Alegre: Artes Médicas; 1998.

SCHÖN, Donald. Educando o profissional reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED; 2000.